



Efí S.A. – Instituição de Pagamento
Demonstrações financeiras
30 de junho de 2025

Ouro Preto, 01 de setembro de 2025.

Carta de apresentação

Prezados senhores

O Efí S.A. – Instituição de Pagamento vem apresentar as demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2025, em conexão com as normas aplicáveis às Instituições de Pagamentos. Serve também, a presente carta, para expressar e declarar a nossa responsabilidade pelas informações contidas nas demonstrações financeiras, pela sua elaboração e por sua divulgação em conformidade às melhores práticas contábeis aplicadas às Instituições de Pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2025 foram publicadas no dia 01 de setembro de 2025, no site eletrônico da Instituição, de acesso público e gratuito, e estão disponíveis no endereço:

<https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>

Atenciosamente,

Denis Silva

Denis Silva (1 de setembro de 2025 14:28:45 ADT)

Denis Costa da Silva

Diretor

Paulo Sérgio de Faria Barros

Paulo Sérgio de Faria Barros (1 de setembro de 2025 14:27:25 ADT)

Paulo Sergio de Faria Barros

Diretor

Alessander Dallorto

Alessander Dallorto (1 de setembro de 2025 14:35:46 ADT)

Alessander Campo Dall'Orto

Contador – CRC: ES-012954/O

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

CNPJ: **09.089.356/0003-80** - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br

efí



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º SEMESTRE DE 2025



Efí S.A. – Instituição de Pagamento
Demonstrações financeiras
30 de junho de 2025

CONTEÚDO

Relatório da administração 4

Balanço patrimonial 8

Demonstração do resultado 10

Demonstração do resultado abrangente 11

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 12

Demonstração dos fluxos de caixa 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras 14

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

CNPJ: 09.089.356/0003-80 - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br

Relatório da Administração

Visão Geral da Instituição

O Efi S.A. – Instituição de Pagamento (“Efi IP” ou “Instituição”) é o líder do Conglomerado Prudencial Efi Bank e se consolidou como uma Instituição emissora de moeda eletrônica e especialista em serviços financeiros digitais. Com uma proposta de valor baseada em simplicidade, eficiência e segurança, o Efi IP combina inovação e tecnologia para atender pessoas e empresas de todos os tamanhos em todo o território nacional. A Instituição exerce controle administrativo sobre suas subsidiárias, a Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos Efi S.A. (“Efi SCFI”), que atua na oferta de produtos de crédito, e a Eva Benefícios S.A. (“Eva”), especializada em benefícios flexíveis. O Efi IP integra o Grupo Gerencianet como Instituição controlada da Gerencianet Holding S.A. A holding também é responsável Lesta Atendimento Ltda. (“Lesta”), formando um ecossistema empresarial voltado à entrega de soluções completas, escaláveis e integradas no setor financeiro. Com sede em Ouro Preto, Minas Gerais, e presença estratégica nas cidades de São Paulo e Recife, o Efi IP expande sua atuação nacional por meio de estruturas que aliam inteligência de mercado, proximidade com o cliente e excelência operacional. Essa combinação tem fortalecido sua posição como uma organização sólida e preparada para crescer de forma sustentável, contribuindo para a transformação do sistema financeiro brasileiro.

Perfil Corporativo

O Efi IP oferece um portfólio completo de soluções financeiras por meio de integrações por APIs e plataforma de conta digital. A atuação é centrada em tecnologia e experiência do cliente, com estrutura preparada para suportar crescimento escalável e atender públicos de diferentes perfis. A missão do Efi IP é simplificar jornadas financeiras com eficiência e segurança, aliados à tecnologia e inovação. Sua visão segue sendo a de se tornar o melhor banco digital do país.

Desempenho Operacional

No primeiro semestre de 2025, o Efi IP apresentou um desempenho relevante, evidenciado por um crescimento consistente e pela consolidação de uma expansão sustentável. Esse avanço refletiu-se no fortalecimento de sua base de clientes e na solidez alcançada por sua infraestrutura operacional, conforme demonstrado a seguir: A base de clientes encerrou o período com 708 mil clientes, representando um aumento de 20% em relação a dezembro de 2024 e de 38% em comparação a junho de 2024. O número de contas abertas aumentou 44% frente ao segundo semestre de 2024 e 159% em relação ao primeiro semestre de 2024. A quantidade total de emissões de cobrança também registrou desempenho expressivo no primeiro semestre de 2025, com um crescimento de 142% na comparação com o mesmo período do ano anterior. O volume de transações

realizadas por meio das plataformas do Efi IP totalizou R\$ 43 bilhões, refletindo um crescimento de 21% frente ao segundo semestre de 2024 e um acréscimo de 98% na comparação com o primeiro semestre de 2024. A receita bruta apresentou um avanço de 6% em relação ao segundo semestre de 2024 e de 16% em comparação ao primeiro semestre de 2024. O lucro líquido, por sua vez, registrou crescimento de 12% frente ao segundo semestre de 2024. Esses resultados financeiros e operacionais refletem a efetividade da estratégia de longo prazo da Instituição, assegurando sustentabilidade, rentabilidade e solidez para os próximos ciclos de crescimento.

Premiações e Reconhecimentos

O segundo semestre de 2025 reforçou o reconhecimento institucional do Efi IP como uma organização de referência em inovação, experiência do cliente e gestão de pessoas. A Instituição conquistou o Troféu Ouro no Prêmio ClienteSA 2025, com o case “Copiloto de Antecipações”, reconhecido como destaque nacional na categoria “Líder em Estratégia de Crédito, Cobrança e Risco”. Também foi premiada no Prêmio ClienteSA CX, recebendo o Troféu Prata, com base na auditoria realizada em 2024, o que reafirma a consistência das práticas adotadas na jornada do cliente. No cenário internacional, o Efi foi vencedor do Prêmio Latam 2025, promovido pela Aloic, alcançando o 1º lugar na categoria “Mejor Estrategia de Desarrollo Humano”, com o case da semana de quatro dias. Essa conquista posiciona a organização entre os principais agentes de transformação em cultura e gestão de pessoas na América Latina. Em continuidade a esse reconhecimento, o Efi IP também renovou sua certificação como uma das melhores empresas para se trabalhar pelo Great Place to Work, com destaque para a iniciativa de jornadas reduzidas, e segue como finalista no ranking de Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina, com resultado previsto para agosto de 2025. No campo de negócios e relacionamento com o mercado, o Efi IP participou de importantes eventos do setor, reforçando sua presença estratégica e seu papel ativo na construção de parcerias e novas oportunidades. Estiveram no calendário de 2025 o SBC Summit, o Distrito Fintech Summit, o Anceve Experience, a Autocom, a Betexpo, a Abrint 2025 e o evento Sophia. A visibilidade da marca cresceu de forma consistente, com ampla cobertura de mídia em veículos de grande circulação nacional. A participação nessas agendas demonstra o compromisso da Instituição em estar próxima do ecossistema inovador e regulatório, posicionando-se como protagonista das transformações no setor de pagamentos e serviços financeiros.

Diretrizes Estratégicas e Futuro

O segundo semestre de 2025 foi marcado pela consolidação das diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico do Efi IP, que tem horizonte até 2030. A Instituição tem atuado de forma cada vez mais integrada e orientada a dados, com foco na inovação, na excelência operacional e na geração de valor sustentável. A governança estratégica foi fortalecida, permitindo maior alinhamento entre áreas e agilidade nas tomadas de decisão, mesmo em um ambiente de mercado altamente dinâmico. A atuação comercial

vem sendo cada vez mais orientada ao público PJ, com ênfase em segmentos com alta recorrência. A proposta de valor para esses clientes inclui soluções integradas de cobrança, crédito, antecipações, capital de giro e gestão financeira, com atendimento especializado e experiência personalizada. Um dos projetos estruturantes dessa estratégia é a “máquina de vendas”, iniciativa que vem reorganizando os fluxos de aquisição e nutrição de leads, promovendo uma atuação mais inteligente e direcionada. Outros projetos estratégicos relevantes também avançaram ao longo do semestre. A estruturação da linha de capital de giro, a liberação do CDB como garantia para cartão de crédito e o lançamento do Pix indireto estão entre as frentes com maior potencial de impacto na diversificação de receitas. Em destaque, o Efi IP foi a única Instituição privada do país autorizada a operar com recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), programa do Ministério das Comunicações que viabiliza o financiamento para expansão de infraestrutura em municípios de pequeno porte. Essa conquista não apenas reforça a solidez institucional do Efi, como também amplia seu impacto social e sua presença em regiões com alto potencial de desenvolvimento. No campo tecnológico, houve avanços significativos na governança de TI, com a criação do comitê executivo da área, início da aplicação de inteligência artificial na especificação de produtos, revisão organizacional e realização de assessment de cibersegurança. A Instituição também renovou sua certificação PCI DSS para a versão 4.0.1, mantendo os mais altos padrões de conformidade e segurança da informação. Como parte da visão de longo prazo, o Efi IP iniciou em 2025 um projeto estruturante voltado à definição de sua arquitetura organizacional, com o objetivo de alinhar estruturas, processos e competências à estratégia da Instituição. Essa iniciativa busca fortalecer a coerência entre a proposta de valor e o desenho institucional, garantindo que as áreas estejam organizadas de forma a gerar maior fluidez, eficiência operacional e foco em resultados. A arquitetura organizacional também servirá de base para decisões futuras relacionadas à expansão, alocação de recursos e desenvolvimento de talentos, tornando-se um instrumento de governança estratégica e sustentabilidade do crescimento. Esse movimento reforça o compromisso do Efi IP com a construção de um modelo de gestão moderno, flexível e orientado por dados, capaz de sustentar a escalabilidade dos negócios, acelerar a entrega de valor aos clientes e ampliar o impacto positivo no ecossistema financeiro brasileiro.

Conclusão

O primeiro semestre de 2025 foi um período de avanços importantes para o Efi IP, marcado por crescimento consistente, evolução institucional e execução de iniciativas que fortalecem as bases do nosso modelo de negócios. Os resultados alcançados refletem o esforço para consolidar uma estrutura mais robusta, com maior integração entre áreas, ganhos de eficiência e foco na entrega de soluções relevantes para o mercado. Ao longo do período, evoluímos em pilares estratégicos como tecnologia, governança e expansão de portfólio. Projetos estratégico ampliaram nossa capacidade de atuação e reforçaram nosso compromisso com a sustentabilidade do negócio. O reconhecimento em premiações e a presença em fóruns importantes do setor também demonstram o valor



do trabalho que vem sendo feito. Ainda assim, sabemos que os próximos ciclos exigirão mais disciplina, foco e capacidade de adaptação. Os desafios de um ambiente competitivo e regulatório em constante transformação continuarão a demandar decisões bem fundamentadas, priorização clara e uma execução cada vez mais alinhada à estratégia. Com os aprendizados, encerramos o primeiro semestre de 2025 com uma visão mais clara e mais preparados para os alcançar os objetivos que almejamos. O Efí IP segue comprometido em crescer com responsabilidade, gerar valor com consistência e construir, com solidez, o seu papel como agente de transformação no setor financeiro.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Efí S.A. – Instituição de Pagamento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Efí S.A. – Instituição de Pagamento (“Efí”, “Efí IP” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Efi S.A. – Instituição de Pagamento

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Efi S.A. – Instituição de Pagamento

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Daniel Martelletto
Signed By: DANIEL NAVES MARTELETTO 06260972660
CPF: 06260972660
Signing Time: 01 de setembro de 2025 | 17:02 BRT
O: ECP-Brasil, OU: PricewaterhouseCoopers
C: BR
Email: AC CertSign RFB G5
858C2D581A0C4C0D

Daniel Naves Martelletto
Contador CRC MG-105346/O-2

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Ativo circulante		562.116
Disponibilidades	4	30
Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes		8.401
Títulos e valores mobiliários	5	8.401
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		33.994
Aplicações interfinanceiras de liquidez imediata		2
Títulos e valores mobiliários	5	1.625
Valores a receber relativos a transações de pagamento	6	32.367
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		5.195
Títulos e valores mobiliários	5	5.195
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(637)
Relações interfinanceiras	8	498.916
Outros ativos	9	15.921
Ativos fiscais diferidos	10	296
Ativo não circulante		48.095
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		3.292
Títulos e valores mobiliários	5	3.292
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		14.528
Títulos e valores mobiliários	5	14.528
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(46)
Outros ativos		94
Investimentos	11	8.452
Participações em coligadas e controladas		6.066
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura		2.386
Imobilizado	12	4.517
Imóveis em uso		4.670
Outras imobilizações		9.670
Depreciação acumulada		(9.823)
Intangível	13	17.258
Ativos intangíveis		29.421
Amortização acumulada		(12.163)
Total do ativo		610.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Passivo circulante		546.703
Obrigações por empréstimos e repasses		482.360
Empréstimos	14a	2.234
Obrigações por repasse	14c	480.126
Outros passivos	15	58.502
Operações de cartão		34.731
Fiscais e previdenciárias		8.057
Outros passivos		15.714
Obrigações fiscais diferidas	16	5.653
Provisões para contingências	17	188
Passivo não circulante		63.508
Obrigações por empréstimos e repasses		2.031
Empréstimos	14a	1.351
Obrigações com participações em controladas	11b	680
Patrimônio líquido	18	61.477
Capital social		48.227
Outros resultados abrangentes		(1)
Reserva de lucros		13.251
Total do passivo		610.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Resultado de intermediação financeira		898
Aplicações interfinanceiras de liquidez		13
Títulos e valores mobiliários	5	885
Despesas de intermediação financeira	14b	(413)
Operações de empréstimos		(413)
Resultado de intermediação financeira		485
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(87)
Receitas e despesas operacionais		10.294
Receitas de prestação de serviços	19	98.863
Despesas de pessoal	20	(46.992)
Outras despesas administrativas	21	(48.169)
Despesas tributárias	22	(8.809)
Resultado de participações em controladas	11	(1.410)
Amortização ágio na aquisição de controlada	11b	(82)
Outras receitas operacionais	23	32.742
Outras despesas operacionais	24	(15.849)
Resultado operacional		10.692
Resultado não operacional		8
Lucros na alienação de bens		8
Resultado antes dos tributos		10.700
Tributos sobre o lucro		(3.137)
Provisão para imposto de renda	25	(2.431)
Provisão para contribuição social	25	(964)
Ativo fiscal diferido	10	61
Passivo fiscal diferido	16	197
Resultado líquido do semestre		7.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho
(valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2025
Resultado líquido do semestre	7.563
Outros resultados abrangentes do semestre	(1)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(1)
Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	-
Total do resultado abrangente do semestre	7.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total
		Capital Social	Especiais de lucros	Legal	Lucros acumulados		
Saldo em 31/12/2024		48.227	6.696	1.676	-	-	56.599
Adoção inicial da Res. BCB nº 352	18d	-	(308)	-	-	-	(308)
Saldo em 01/01/2025		48.227	6.388	1.676	-	-	56.291
Resultado do semestre		-	-	-	7.563	-	7.563
Ajustes de Avaliação Patrimonial - TVM		-	-	-	-	(1)	(1)
Destinações:							-
Juros sobre capital próprio	18b	-	-	-	(2.376)	-	(2.376)
Constituição de reservas		-	4.809	378	(5.187)	-	-
Saldo em 30/06/2025		48.227	11.197	2.054	-	(1)	61.477
Mutações do semestre		-	4.809	378	-	(1)	5.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1234 / SP e região: (11) 2394 2208
Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: 01.311-200
CNPJ: 09.0892356/0003-80 - Ouvidoria: 0800 940 0361 | sejaefi.com.br



Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre		7.563
Depreciação	12b	797
Amortização	13b	1.257
Baixa de imobilizado	12b	50
Despesa com juros	14b	413
Equivalência patrimonial	11a e 11c	1.410
Amortização ágio na aquisição de controlada	11b	82
Imposto de renda e contribuição - diferido		(258)
Imposto de renda e contribuição - corrente	25	3.395
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	87
Provisão para contingências	17	93
Lucro líquido ajustado		14.889
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.256)
Juros pagos	14b	(386)
Variação de ativos e passivos		
Redução de relações interfinanceiras		(63.838)
Aumento redução de ativos financeiros ao custo amortizado		6.299
Redução de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(508)
Redução de ativos financeiros ao valor justo no resultado		(9.650)
Aumento de outros ativos		1.458
Aumento em obrigações por repasses		53.009
Aumento em outros passivos		1.746
Redução em obrigações fiscais e previdenciárias		(224)
Aumento em operações de cartão		8.936
Caixa líquido gerado em atividades operacionais		7.475
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	12b	(27)
Investimento em controladas	11a	(2.800)
Aquisição de intangível	13b	(381)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		(3.208)
Atividades de financiamento		
Pagamentos de juros sobre capital próprio		(2.039)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14b	(2.336)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos		(4.375)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(108)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		138
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Efi S.A. – Instituição de Pagamento (“Efi”, “Efi IP” ou “Instituição”) é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social os serviços (i) gestão de ativos, como contas de pagamentos e disponibilização de serviços de aporte e saque de recursos mantidos em conta de pagamento; (ii) emissão de moeda eletrônica mediante gerenciamento de conta de pagamento do tipo pré-paga; (iii) emissão de instrumento de pagamento mediante gerenciamento de conta de pagamento do tipo pós-pago; (iv) habilitação, como credenciador, de recebedores para aceitação de instrumento de pagamento e participação no processo de liquidação das transações de pagamento; (v) auxílio a atividades financeiras, como a execução ou viabilidade de instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferências; (vi) iniciadora de transação de pagamento; (vii) comercialização de equipamentos de captura de transações; e (viii) tratamento de dados e provedores de serviços de aplicações.

A Instituição tem sua sede e foro na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 31, conjunto A, 2º e 3º pavimentos, Bairro Bauxita, CEP 35.402-179.

O Efi IP é a Instituição líder do Conglomerado Prudencial Efi, o qual integra sua controlada, o Efi SCFI.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do Conglomerado Efi (“Conglomerado”), onde as receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão sendo preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), e conforme as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020.

Conforme previsto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, a Instituição optou pela dispensa de apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A Administração avaliou a viabilidade da Instituição continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

a) Normas que possuem aplicação após 30 de junho de 2025

Medida provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025 – Altera para 15% (quinze por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), para as Instituições de Pagamento, com efeitos a partir de 01/09/2025.

b) Balanço patrimonial

As contas de ativo e passivo são apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

c) Demonstração do resultado

A demonstração de resultado foi apurada conforme o regime de competência embasada pelo artigo 187 e § 1º da Lei nº 6.404/76.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações sujeitas a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente: (i) o valor de mercado de certos ativos e passivos financeiros (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo permanente (iii) provisões para ativos e passivos contingentes (iv) estimativas dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras da Instituição foram aprovadas pela Administração em 01 de setembro de 2025.

3. Políticas contábeis significativas

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a taxa utilizada para a conversão de ativos, passivos e contas de resultado denominados em moeda estrangeira, quando existente, corresponde às taxas de câmbio divulgadas pelo BCB, na data do respectivo balanço. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate,

retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

d) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

e) Instrumentos financeiros

I. Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros da Instituição são reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão:

- Pelo preço de transação no caso de recebíveis de contratos com clientes (valor de custo); ou
- Pelo valor justo nos demais casos.

II. Classificação de Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros segue o modelo de negócio da Instituição e as características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 352/23.

A Instituição define o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são administrados para alcançar objetivos de negócios específicos.

Para determinar as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, a Instituição avalia a composição dos instrumentos financeiros, por meio do teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Com base nos resultados do teste SPPJ e no modelo de negócios adotado pela Instituição, os ativos financeiros podem ser mensurados de acordo com as seguintes categorias:

- **Custo amortizado (CA):** mensurados com base nos fluxos de caixa contratuais, considerando apenas os pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo no resultado (VJR):** mensurados a valor justo, com os ajustes de variação reconhecidos diretamente no resultado do período.
- **Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA):** mensurados a valor justo, sendo as variações registradas diretamente no grupo de outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido.

Passivos Financeiros

A Instituição classifica os passivos financeiros na categoria custo amortizado, conforme Resolução BCB nº 352/23, observando as exceções previstas no art. 9º, incisos I a V.

III. Mensuração de Instrumentos financeiros

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia descrita a seguir:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- **Nível 3:** Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Instituição determina um nível adequado para a entrada do *input*.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. O ajuste a valor justo de ativos financeiros é reconhecido no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração do Resultado, para demais ativos financeiros. A Instituição avalia os níveis em cada período de divulgação e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

IV. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros serão baixados, parcialmente ou em sua totalidade, quando observados um dos cenários abaixo:

- Cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa;
- Quando não houver expectativa razoável de sua recuperação; ou
- Quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

f) Operações de cartão crédito

As operações de cartão de crédito da Instituição são classificadas na categoria de custo amortizado, uma vez que a gestão desses ativos tem como objetivo principal receber os fluxos de caixa contratuais.

O saldo devedor remanescente após o vencimento da fatura pode ser compreendido como dívida no cartão de crédito, cujo financiamento dos saldos não liquidados na data de vencimento do cartão de crédito dos clientes é realizado através de sua controlada, o Efi SCFI.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Para fins de apuração dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a Instituição, observa a segregação dos ativos financeiros conforme a classificação de carteiras consoante o art. nº 81 da Resolução BCB nº 352/2023, bem como os percentuais mínimos de provisão para perdas estabelecidos no art. 78 e nos anexos I e II.

A Instituição mantém as seguintes classificações dos ativos financeiros:

Operações	Classificação
Certificados de depósito bancário (CDBs) mantidos com outras instituições	C2
Transações de pagamento, como operações com cartões de crédito	C5

A norma estabelece, ainda, duas metodologias para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

- Método completo
- Método simplificado

Cada metodologia possui critérios próprios de elegibilidade e procedimentos específicos de apuração, definidos de acordo com o porte e a natureza da Instituição. Atualmente, a Instituição adota o método simplificado, considerando os parâmetros e percentuais estabelecidos no art. 78 e nos anexos da Resolução BCB nº 352/23 para a mensuração e registro das provisões.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída, está apresentada na Nota 7.

h) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. É reconhecida uma provisão para perda por *impairment* no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável.

Atualmente o Efi IP possui 98,89% do capital social do Efi SCFI, e 100% de participação no capital social da Eva.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a Instituição.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis.

j) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a Instituição; e (ii) Softwares e intangíveis gerados internamente amortizados em até dez anos.

A Instituição realiza anualmente testes para validar os procedimentos e atividades diretamente relacionadas aos processos de avaliação da recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis, com a finalidade de fornecer garantias sobre a eficácia dos processos e a aderência à regulamentação vigentes e das boas práticas de mercado.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

k) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, passivos e ativos contingentes.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos movidos por terceiros em ações cíveis, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas contingências são avaliadas por assessores internos em conjunto com advocacia terceirizada, em que se leva em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam assegurados para liquidação dessas obrigações e que o montante dessas obrigações possa ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como:

- a) Provável: são constituídas provisões contábeis;
- b) Possível: divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e
- c) Remota: não requerem provisão nem divulgação.

l) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de

10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 no semestre para o Imposto de Renda e de 9% para Contribuição Social sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável, limitada a 30% do lucro real do período.

Impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros, conforme critérios definidos pela Resolução BCB nº 15/2020.

m) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

n) Resultados recorrentes/não recorrentes

A Instituição considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu Estatuto Social e não recorrente aqueles que não fazem parte da operação da Instituição.

Apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes do período:

	<u>30/06/2025</u>
Resultado recorrente do período	7.555
Resultado não recorrente do período	8

o) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2025</u>
Depósitos bancários	30
Total	<u>30</u>

5. Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos e valores mobiliários é determinada com base no modelo de negócios da Instituição, bem como nas características contratuais dos respectivos fluxos de caixas, conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias **custo amortizado (CA)** e **valor justo no resultado (VJR)** são mensurados e suas variações registradas no resultado da Instituição.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria **valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)** são mensurados e sua variação registrada no patrimônio líquido da Instituição.

Títulos e valores mobiliários	Valor justo em outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo no resultado	Total
Certificado de depósito bancário	-	4.581	-	4.581
Títulos públicos	8.402	-	-	8.402
(+/-) Ajuste a valor justo	(1)	-	-	(1)
Títulos renda fixa	-	336	-	336
Certificado de operações estruturadas	-	-	10.516	10.516
Cotas de fundos de investimento	-	-	9.207	9.207
Total	8.401	4.917	19.723	33.041
Circulante	8.401	1.625	5.195	15.221
Não circulante	-	3.292	14.528	17.820

Aplicações interfinanceiras de liquidez imediata	Valor justo em outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo no resultado	Total
Aplicações no exterior	-	2	-	2
Total	-	2	-	2
Circulante	-	2	-	2
Não circulante	-	-	-	-

a) Resultado de títulos e valores mobiliários

	30/06/2025
Títulos públicos	509
Certificado de operações estruturadas	226
Renda fixa	102
Certificado de depósito bancário	48
Total	885

6. Valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações da Instituição são compostas em sua totalidade por operações de cartão de crédito, compras à vista ou parcelado lojista.

Estágio	30/06/2025		
	Valor da carteira	% da provisão	Provisão
De zero a 14 dias	32.358	1,9%	(614)
Ativos problemáticos	9	53,4%	(5)
Total	32.367		(619)

As operações com cartões de crédito englobam apenas as transações de clientes adimplentes em observância às limitações de atuação de uma Instituição de Pagamento. As transações de clientes inadimplentes são financiadas pelo Efí SCFI.

7. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2024	Adoção inicial Res. BCB nº 352/23	Reversão (provisão) constituída	30/06/2025
Transações de pagamento – Cartão de crédito	(130)	(344)	(145)	(619)
Títulos e valores mobiliários	-	(122)	58	(64)
Total	(130)	(466)	(87)	(683)
Circulante	(130)			(637)
Não circulante	-			(46)

8. Relações interfinanceiras

O saldo de relações interfinanceiras da Instituição é representado pelo montante aplicado em conta de depósito junto ao BCB, que em conjunto com o saldo de títulos públicos federais detidos pela Instituição, deve cobrir os saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-paga, conforme Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021. Esses recursos constituem patrimônio separado que não se confundem com o da Instituição, conforme está especificado no art. 12 da Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013.

	30/06/2025
Salvaguarda de recursos – Bacen (*)	498.916
Total	498.916
Circulante	498.916

(*) A Instituição mantém 100% do saldo de terceiros aplicados em Títulos Públicos e na CCME, conforme disposto no art. 22 da Res. BCB nº 80/2021 e Política Interna de Gestão de Recursos Disponíveis.

9. Outros ativos

	30/06/2025
Valores a receber administradoras de cartão de crédito	9.693
Despesas pagas antecipadamente	2.754
Valores a receber cartão pré-pago	1.308
Valores a receber cartão de crédito (a) - nota 27	1.293
Outros	967
Total	16.015
Circulante	15.921
Não circulante	94

(a) Saldo remanescentes de fatura não liquidada ou parcelamento de fatura referente a operações de cartão de crédito.

10. Ativos fiscais diferidos

	31/12/2024	Adoção Res. BCB nº 352/23	Constituição	Realização e/ou Reversão	30/06/2025
Provisão para contingências	33	-	69	(37)	65
PDD	44	158	43	(14)	231
Total	77	158	112	(51)	296

11. Investimentos

a) Efi SCFI

Os ajustes dos investimentos são realizados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo, e registrados sob a rubrica “Resultado de participações em controladas”:

Em 31 de março de 2020, o Efi SCFI obteve junto ao Banco Central do Brasil a permissão de funcionamento como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI), seu principal objetivo social é a realização de operações de crédito, por meio de recursos e sistema tecnológicos ágeis e seguros. No primeiro semestre de 2025, foram aprovados investimentos de R\$ 2.800 no Efi SCFI.

	Participação	31/12/2024	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	30/06/2025
Efi SCFI	98,89%	5.284	2.800	(2.018)	6.066
Total		5.284	2.800	(2.018)	6.066

b) EVA Benefícios

Em 12 de abril de 2021 houve a constituição da Eva Benefícios, cujo principal objeto social é a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição.

Em março de 2022 o Efi IP, que era detentora de 50% das ações da Eva, adquiriu os 50% restantes das ações da Instituição tornando-se a sua única sócia. No primeiro semestre de 2022 foi firmado um contrato no qual a Instituição se comprometeu a pagar R\$ 2.850 pelas ações adquiridas. Do valor adquirido foi gerado um ágio no valor de R\$ 2.813 que será recuperado em 17 anos e 2 meses, conforme estudo técnico PPA (“Purchase Price Allocation”).

	31/12/2024	Amortização de ágio	30/06/2025
Ágio	2.468	(82)	2.386
Total	2.468	(82)	2.386

	31/12/2024	Equivalência	30/06/2025
Eva Benefícios	(1.288)	608	(680)
Total	(1.288)	608	(680)



12. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Taxa	30/06/2025
Imóveis em uso		
Benfeitorias propriedade terceiros	-	4.670
Total		4.670
Outras imobilizações		
Equipamentos processamento de dados	20%	5.378
Móveis e utensílios	10%	2.291
Máquinas e equipamentos	10%	1.080
Equipamentos telefônicos	10%	410
Som e imagem	10%	407
Instalações	10%	60
Veículos	20%	44
Total		9.670
Total imobilizado		14.340
Depreciação acumulada		(9.823)
Saldo do imobilizado		4.517

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2024	Aquisições	Depreciação	Baixas	30/06/2025
Instalações	31	-	(3)	-	28
Móveis e Utensílios	1.139	-	(113)	(3)	1.023
Máquinas e Equipamentos	699	-	(53)	-	646
Som e Imagem	116	27	(34)	(30)	79
Equipamentos					
Processamento de Dados	1.716	-	(389)	(27)	1.300
Benfeitorias Propriedade Terceiros	1.386	-	(185)	-	1.201
Equipamentos Telefônicos	250	-	(20)	10	240
Total	5.337	27	(797)	(50)	4.517

13. Intangível

a) Composição

	Taxa	30/06/2025
Software	10%	27.531
Intangível em andamento (*)	-	1.890
Total		29.421
Amortização acumulada		(12.163)
Saldo do Intangível		17.258

(*) Refere-se a softwares de uso próprio em processo de desenvolvimento pela Instituição.

b) Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2025</u>
Software	27.531	-	-	27.531
Intangível em andamento	1.509	381	-	1.890
(-) Amortização acumulada	(10.906)	-	(1.257)	(12.163)
	<u>18.134</u>	<u>381</u>	<u>(1.257)</u>	<u>17.258</u>

14. Obrigações por empréstimos e repasse

a) Composição dos empréstimos

Representado por contratos de capital de giro, contraídos junto a outras instituições financeiras e por contratos de arrendamentos mercantis realizados para aquisição de equipamentos de processamentos de dados para a utilização dos colaboradores (a garantia dos arrendamentos são os próprios equipamentos adquiridos, cuja titularidade será transferida para a Instituição após a quitação total das parcelas). O saldo referente aos contratos é apresentado a seguir:

	<u>30/06/2025</u>
Capital de giro	3.358
Arrendamentos	227
Total	<u>3.585</u>
Circulante	2.234
Não circulante	1.351

b) Movimentação dos empréstimos

	<u>30/06/2025</u>
Saldo inicial	<u>5.894</u>
Amortizações – principal	(2.336)
Juros pagos	(386)
Juros incorridos	413
Total	<u>3.585</u>

c) Composição das obrigações por repasse

	<u>30/06/2025</u>
Cliente plataforma (a)	470.605
Saldos de contas encerradas	3.989
Pagamentos solicitados a efetivar (b)	3.012
Transações interbancárias a efetivar (c)	1.438
Fundos em trânsitos entre contas de pagamento	1.082
Total	<u>480.126</u>
Circulante	480.126

- (a) Saldo em contas de pagamento na data base.
(b) Pagamento de contas por código de barras solicitadas por clientes via plataforma Efi.
(c) Transferências solicitadas pelos clientes Efi em processo de efetivação.

15. Outros passivos

	30/06/2025
Obrigações com operações de cartão (*)	34.731
Obrigações fiscais e previdenciárias	8.057
Impostos a recolher	4.324
Encargos trabalhistas	3.733
Outros passivos	15.714
Obrigações trabalhistas	9.704
Fornecedores	4.221
Juros sobre capital próprio a pagar	771
Valores a pagar a controladas – nota 27	646
Outros passivos	372
Total	58.502
Circulante	58.502

(*) Valores a repassar a bandeira do cartão Visa

16. Obrigações fiscais diferidas

As diferenças temporárias da Instituição referem-se a exclusões na base de cálculo de IRPJ e CSLL relativos a projetos com características de inovação tecnológica desenvolvidos pela Instituição em concordância com o Decreto nº 9.580/2018.

	Saldo inicial	Reversão	30/06/2025
Diferenças temporárias	5.850	(197)	5.653
Total	5.850	(197)	5.653

17. Provisões para contingências

O Efí IP é parte em processos judiciais de naturezas cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

Atualmente, as causas que envolvem a Instituição, classificadas como possíveis, totalizam um valor de R\$ 6.656 em causas cíveis. As causas classificadas como prováveis encontram-se apresentadas abaixo, durante o período não houve nenhuma contingência trabalhista:

Ação	31/12/2024	Constituições	Reversões	30/06/2025
Cível	95	433	(340)	188
Total	95	433	(340)	188

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Instituição no primeiro semestre de 2025 é de R\$ 48.227 subscritos, dividido em 48.226.636 ações ordinárias, com nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

b) Política de distribuição de lucros

A Assembleia Geral poderá distribuir dividendos em valor superior ao previsto no estatuto social da Instituição que está estabelecido no Capítulo VII, Parágrafo II, Artigo 23, bem como poderá, durante o exercício social, distribuir dividendos com base na conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual.

De acordo com o parágrafo 4º do art. 202, da Lei 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando houver incompatibilidade com a situação financeira da Instituição, se declarada por qualquer membro da Diretoria em assembleia ordinária.

c) Constituição de reservas de lucros

Nos termos da legislação societária e estatuto social da Instituição, a reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

d) Adoção inicial Resolução BCB nº 352/23

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 352/2023, que trata da adoção de critérios contábeis alinhados às normas internacionais de contabilidade aplicáveis a ativos financeiros pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Em decorrência da adoção inicial dessa norma, foram realizados ajustes nos registros contábeis da Instituição, com impactos diretos nas demonstrações financeiras, especialmente no patrimônio líquido. Esses ajustes refletem a necessidade de adequação à nova base de mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, conforme previsto na regulamentação.

Os efeitos da adoção da Resolução BCB nº 352/2023 foram registrados diretamente no patrimônio líquido, em atendimento às orientações normativas, sem transitar pelo resultado do exercício, conforme permitido pelo regime de adoção inicial.

	<u>30/06/2025</u>
Ativo fiscal diferido	158
PDD sobre valores a receber transações de pagamento	(344)
PDD sobre títulos e valores mobiliários	(122)
Total	<u>(308)</u>



19. Receitas de prestação de serviços

	<u>30/06/2025</u>
Serviços de Pix	55.782
Serviços prestados (*)	40.940
Serviços de intercambio	1.984
Outros serviços	157
Total	<u>98.863</u>

(*) Decorrente principalmente de taxas cobradas dos clientes referentes a liquidação de boletos e transações e-commerce com cartões.

20. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2025</u>
Remuneração	(33.425)
INSS	(6.015)
Benefícios	(3.148)
FGTS	(2.880)
Outras despesas de pessoal	(1.524)
Total	<u>(46.992)</u>

21. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2025</u>
Serviços de terceiros	(34.782)
Despesas de comunicações	(3.662)
Propaganda e publicidades	(2.487)
Participação de eventos	(1.352)
Amortização	(1.257)
Outros	(4.629)
Total	<u>(48.169)</u>

No primeiro semestre de 2025 o Efí S.A. registrou R\$ 309 a título de serviços de auditoria independente.

22. Despesas tributárias

	<u>30/06/2025</u>
Cofins	(5.550)
ISSQN	(1.979)
Pis	(1.133)
Outros	(147)
Total	<u>(8.809)</u>

23. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2025</u>
Rendas de créditos vinculados ao banco central	31.610
Reversão de provisões passivas – nota 17	340
Outros	792
Total	<u>32.742</u>

24. Outras despesas operacionais

	30/06/2025
Processamento de transações de pagamento	(14.747)
Provisões passivas – nota 17	(433)
Pix	(372)
Outros	(297)
Total	(15.849)

25. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Lucro antes do IRPJ	10.700
(+) Adições	3.981
Permanentes	2.443
Equivalência Patrimonial MAP	1.410
Outras adições	1.033
Temporárias	1.538
(-) Exclusões	(3.970)
Permanentes	(3.189)
Temporárias	(781)
(=) Lucro real	10.711
(+) IRPJ devido (Alíquota 15,00%)	1.607
(+) Adicional de IRPJ	1.059
(-) PAT	(64)
(-) Empresa cidadã	(171)
(=) IRPJ	2.431
(=) CSLL	964

26. Gestão de riscos e capital

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Efí Bank reconhece a importância do gerenciamento de riscos e acredita no seu papel fundamental no processo de escolha das oportunidades que sejam compatíveis com a complexidade de seus negócios, e por isto, vem ao longo dos anos disseminando e fortalecendo essa cultura.

A gestão abrangente dos riscos, dentre outros benefícios, proporciona a estabilidade dos resultados financeiros, além de contribuir para a geração de valor e para a consolidação de uma Instituição cada vez mais sólida, integrada, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A estrutura de gerenciamento de riscos é segregada e independente das demais áreas de negócio, compatível com a natureza das atividades, porte da Instituição, complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão das exposições que abrangem os riscos de crédito, de liquidez, operacional e de capital.

O Efi adota o [Modelo das Três Linhas](#) do *Institute of Internal Auditors* (IIA), como parte do processo de gerenciamento de riscos, considerando a seguinte atuação conjunta dos seguintes componentes:

- **1ª Linha:** áreas de negócios;
- **2ª Linha:** áreas de governança;
- **3ª Linha:** avaliação periódica e independente da Auditoria Interna.

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site <https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>.

a. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrerem perdas associadas:

- Ao descumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- A deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou de seu interveniente;
- A vantagens concedidas na reestruturação de instrumentos financeiros;
- Aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos; e
- Aos desembolsos para a honra de garantias prestadas.

Adicionalmente, em relação às transações de pagamento, o risco de crédito decorre do inadimplemento:

- Do usuário final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago;
- Do emissor perante o credenciador de instrumento de pagamento pós-pago; e
- De Instituição de Pagamento devedora de outra Instituição de Pagamento em função de acordo de interoperabilidade entre diferentes arranjos.

O processo de gerenciamento do risco de crédito no Efi Bank consiste em um conjunto de ferramentas de gestão que identificam os fatores que impactam o risco de crédito. Esse processo inclui, mas não se limita:

- Ao gerenciamento de exposições com características semelhantes;
- A identificação de fontes significativas do risco de crédito;
- A identificação da contraparte ou de seus intervenientes; e
- A forma de agregação das exposições.

A avaliação para concessão do limite de crédito aos clientes, que é um processo pautado por diretrizes internas de crédito, prevê a verificação dos dados cadastrais e a realização de consultas em *bureaus* como apoio à decisão do crédito. Ainda em relação ao processo, devem ser consideradas as operações sujeitas ao risco de crédito e as repactuações, detecção de indícios de qualidade creditícia da contraparte e os créditos objeto de cobrança e de recebimento.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas com base nos critérios estabelecidos pela regulamentação prudencial em vigor, em especial a BCB nº 352/2023, vigentes a partir de janeiro de 2025.

Em linhas gerais, as operações da Instituição englobam apenas as transações de clientes adimplentes no produto cartão de crédito, em observância às limitações de atuação de uma Instituição de Pagamento.

b. Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como sendo a possibilidade de a Instituição:

- Não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- Não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- Não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez consiste no conjunto de medidas que visam garantir a capacidade de pagamento do Efi Bank, possibilitando identificar, mensurar, classificar, monitorar, mitigar e reportar os fatores que impactam o risco de liquidez.

A avaliação constante das posições em ativos líquidos objetiva mitigar o risco de que o Efi não consiga negociar suas posições a um preço justo de mercado, devido ao baixo volume ou a descontinuidade desse ativo. Ademais, o Efi Bank observa e mantém aderência ao disposto no Capítulo VIII da Resolução BCB 80/2021, que versa sobre a aplicação dos recursos mantidos em contas de pagamento.

A otimização dos recursos disponíveis, o planejamento financeiro e das operações em termos de prazos, tipos de contrapartes e seus respectivos setores econômicos, trazem insumos para direcionar ações que possibilitem suportar cenários de estresse.

c. Risco Operacional

O risco operacional é definido pela Resolução BCB nº 201/2022 como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos que impactem na realização dos objetivos do Efi Bank.

Salienta-se, ainda, a definição do risco operacional, que também inclui o risco legal associado a:

- Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Efi;
- Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais; e
- Indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Efi.

O gerenciamento do risco operacional está subsidiado no Modelo das Três Linhas:

- Na 1ª linha, há a atuação das áreas de negócios da Instituição, as quais são responsáveis pelo provimento de produtos e serviços aos clientes, bem como pela gestão primária dos riscos e controles;
- Na 2ª linha, há a atuação das áreas de governança da Instituição na gestão corporativa do risco operacional, oferecendo expertise, apoio, monitoramento e questionamento sobre questões relacionadas a riscos, controles e conformidade;
- Na 3ª linha, há a atuação independente da Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequação e eficácia do modelo geral de gestão de risco, do funcionamento dos controles e das estruturas de governança;
- Por fim, órgãos externos e independentes de toda a estrutura organizacional, como auditorias externas e reguladores, formam uma linha adicional, avaliando a efetividade das três linhas do Efi.

Há uma estrutura responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais; pela análise do desenho e efetividade do sistema de controles internos; pela elaboração e condução de testes periódicos do plano de continuidade de negócios; por disseminar uma cultura de gestão integrada de riscos e de controles para os colaboradores; e pela avaliação de riscos no lançamento de novos produtos, serviços e mudanças significativas nos processos existentes.

d. Gestão de Capital

A gestão de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital regulamentar, que abrange a avaliação da necessidade de capital, com base em projeções que englobam premissas de aumento das exposições ao risco, seja pelo crescimento das operações, pela avaliação de novos produtos ou serviços, e ainda, pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos de novos regulamentos. A estrutura de gestão de capital do Efi Bank é compatível com o porte, o tamanho e a natureza das suas operações, considerando a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

Requerimentos Mínimos de Capital

O Efi Bank, em atendimento ao disposto no art. 17 da Res. BCB 80/2021, mantém de forma permanente o capital integralizado mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) correspondente à modalidade de iniciadora de transação de pagamento; e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para cada uma das demais modalidades em que opera: emissora de moeda eletrônica, emissora de instrumento de pagamento pós-pago e credenciadora.

Conforme a Resolução BCB nº 436/2024, o Conglomerado Efi se classifica como um Conglomerado Prudencial Tipo 3, sendo integrado por uma Instituição de Pagamento líder e outra instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ressalta-se que ambas as Instituições estão classificadas no Segmento 5 (S5), optando, portanto, pela metodologia simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

Nesse contexto, a estrutura de gestão de capital do Conglomerado Efi ganha relevância ao promover a racionalização na utilização do capital da Instituição, otimizando o custo de oportunidade na alocação de recursos. A seguir, apresenta-se a composição para o cálculo do Índice de Basileia e os requerimentos mínimos exigidos:

	30/06/2025
PRS5 - Patrimônio de Referência Simplificado	42.004
Ativos Ponderados pelo Risco	231.574
Risco Operacional	21.028
Risco de Crédito	107.770
Risco de Serviços de Pagamento	102.773
Risco de Exposição Cambial	3
Requerimento mínimo de capital	39.368
Margem de capital	2.636
Índice Requerimento Mínimo	17,0%
Índice Requerimento Calculado	18,14%
Índice de Imobilização	10,77%
Folga de Imobilização	16.478

27. Transação com partes relacionadas

	30/06/2025	
	PF ligadas	PJ ligadas
Ativos		
Valores a receber relativos a transações de pagamento	137	107
Outros ativos	-	2.522
Valores a receber sociedades ligadas	-	45
Valores a receber cartão de crédito (a)	-	1.293
Valores a receber cartão pré-pago	-	1.184
Total	137	2.629
Passivos		
Obrigações por Repasse (b)	115	14.534
Fornecedores	-	363
Valores a pagar a controladas	-	646
Salários e encargos a pagar	-	384
Total	115	15.927
Receitas e despesas		
Despesas com salário e encargos	(2.095)	-
Cartão de benefícios para empregados	-	(4.320)
Serviços de telemarketing	-	(3.056)
Receita CSC	-	120
Total	(2.095)	(7.256)

(a) Saldo remanescente de fatura não liquidada e/ou parcelamento de fatura referente a operações de cartão de crédito.

(b) Depósito em moeda eletrônica que as controladas mantêm na controladora.

a. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pelo Efí IP, sem o respectivo reembolso. A remuneração no semestre findo em 30/06/2025 foi de R\$ 1.658.

28. Resolução BCB nº 352/23

Em novembro de 2023, foi divulgada a Resolução BCB nº 352, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis definidos na norma passaram a ser reconhecidos prospectivamente a partir dessa data.

Como resultado da adoção dos critérios para constituição da provisão para perdas esperadas, conforme previsto na Resolução BCB nº 352, foi registrado um ajuste negativo no patrimônio líquido com o valor absoluto de R\$ 308.

A Instituição não constatou mudanças significativas em relação as novas regras estabelecidas para a definição do modelo de negócios, bem como de reclassificações de instrumentos financeiros entre as categorias de ativos financeiros.

29. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.



Efi S.A. – Instituição de Pagamento
Demonstrações financeiras
30 de junho de 2025

Diretores

Denis Costa da Silva

Danilo Henrique de Oliveira

Francisco Carvalho

Marcos Paula Maia Nicolau

Paulo Sérgio de Faria Barros

Contador Responsável

Alessander Campo Dall’Orto

CRC: ES-012954/O

0800 941 2343

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

CNPJ: 09.089.356/0003-80 - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br